

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.619.759 - RJ (2019/0344846-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : HILDA MARIA FERNANDES DA SILVA**  
**ADVOGADOS : JOSÉ ANTÔNIO AZEVEDO DE ARAÚJO - RJ129521**  
**HILDA MARIA FERNANDES DA SILVA - RJ129786**  
**AGRAVADO : UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO**  
**RIO DE JANEIRO LTDA**  
**ADVOGADOS : EDUARDO LOPES DE OLIVEIRA - RJ080687**  
**DANIEL LYONS E OUTRO(S) - RJ118911**  
**HUMBERTO SARNO ROLIM - RJ102452**  
**HENRY LYONS - RJ092349**  
**IZABEL ROLIM OLIVEIRA - RJ206083**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, impugnando acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS C/C AÇÃO COMPENSATÓRIA POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. NÃO RESTOU COMPROVADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO POR PARTE DA RÉ. O RECONHECIMENTO DA ALEGADA ABUSIVIDADE DAS MENSALIDADES COBRADAS, APÓS A MIGRAÇÃO PARA PLANO SUPERIOR, NÃO FOI OBJETO DE PEDIDO NESTE PROCESSO E NEM MESMO NO ANTERIOR, NÃO SE PODENDO CONSIDERAR FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DA RÉ A EXCLUSÃO DA AUTORA DO PLANO, EM RAZÃO DA SUA INADIMPLÊNCIA. O PROCESSO ANTERIOR, QUE JÁ TRANSITOU EM JULGADO, APENAS CONDENOU A RÉ A REEMBOLSAR CUSTO DE MATERIAL CIRÚRGICO, A PAGAR DANOS MORAIS E NA OBRIGAÇÃO DE EFETUAR A MIGRAÇÃO DO PLANO, FICANDO ENTENDIDO NAQUELES AUTOS QUE A QUESTÃO DAS COBRANÇAS, COM A CONSEQUENTE EXCLUSÃO, ERA FATO NOVO, QUE DEVERIA VIR PELA VIA PRÓPRIA. SENTENÇA QUE SE MANTÉM. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados.

Nas razões do especial, a parte agravante alegou violação dos arts. 85, §

11, 489, § 1º, IV, 1.013 e 1.022 do Código de Processo Civil, afirmando ausência de fundamentação no julgado recorrido e negativa de prestação jurisdicional. Argumentou que deveria ser reconhecido o fato de que não houve inadimplência da segurada e que a rescisão unilateral do contrato, por este motivo, foi abusiva. Sustentou que "a majoração dos honorários sucumbenciais, sem que tenha havido a interposição de recurso pela operadora, contraria o art. 85, § 11, do NCPC, bem como constitui uma contradição ao princípio jurídico *tantum devolutum quantum appellatum*. Ao mesmo tempo contraria o art. 1.013 do novo Código Processual ("A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada")" (fl. 450).

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento, passo a decidir.

No tocante às alegações de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, verifico que essas não merecem prosperar.

Isso porque não configura ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pela parte recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados. Nesse sentido: AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015; AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016.

Quanto ao mais, a Corte estadual entendeu que não ficou comprovada a responsabilidade civil da parte agravada, assim se pronunciando (fls. 379-380):

Portanto, o que se observa é que a exclusão do plano de saúde naqueles autos não representou falha na prestação do serviço da ré, eis que foi pautado na inadimplência, sem que pudesse ser avaliada a alegada abusividade da cobrança, por ter sido considerado fato novo. Também não era o caso de inobservância da obrigação de fazer a que a Cooperativa-ré foi condenada, haja vista que efetuou a migração do plano como determinado. Vale destacar que a sentença não estabeleceu que se mantivessem os mesmos valores do plano inferior.

Conclui-se, assim, que a matéria foi tratada naqueles autos e que

alegações de cobranças indevidas, que levaram à exclusão do plano, deveriam ser abordadas em outra via, pelo que a sentença proferida nos presentes autos encontra-se escorreita.

Ademais, a parte perdeu a oportunidade de trazer nesses autos a discussão sobre as cobranças indevidas, pedindo a declaração das mesmas, que se fossem comprovadas, após a observância do contraditório e da ampla defesa, levariam à consequente conclusão de que existiu falha na prestação do serviço.

Ao contrário, não trouxe sequer pedido nesse sentido, pois já partiu do pressuposto de que a exclusão do plano foi abusiva, apenas porque existia processo em curso.

Desta forma, em não tendo sido demonstrada a falha no serviço da ré, não há como se acolher os pedidos de indenização por dano material e moral

Nesse cenário, a revisão das conclusões do acórdão recorrido, no sentido de que não ficou demonstrada a falha no serviço prestado pela parte ré no presente caso, demandaria a incursão no conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada na via do recurso especial, por força da Súmula 7/STJ.

Quanto à majoração dos honorários recursais, a Corte estadual assim decidiu a questão (fl. 380):

Por tais razões e fundamentos, nega-se provimento ao recurso, mantendo-se a sentença, majorando-se, tão-somente, os honorários advocatícios fixados para 12% sobre o valor da causa, já considerados o grau de zelo do advogado, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado, bem como o tempo para ele exigido, nos termos do art. 85, § 11, do Novo Código de Processo Civil.

Nesse sentido, como a Corte de origem majorou os honorários advocatícios fixados em 12% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, há que se manter tal julgado, pois não houve contrariedade ao mencionado art. 85 do CPC, mas sim a sua observância.

O CPC de 2015 estabeleceu, no art. 85, uma gradação ao referenciar os honorários advocatícios, ao asseverar, no parágrafo § 2º, que serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito

econômico ou do valor atualizado da causa. Importa dizer que, diante da existência da natureza condenatória do comando eficaz da sentença, deve ser verificado, em primeiro lugar, o valor da condenação; em segundo lugar, o proveito econômico; e, por fim, o valor da causa, isto é, quando não for possível aferir o valor da condenação ou do proveito econômico, para efeito de verificação da base de cálculo dos honorários sucumbenciais. Como, no caso concreto, houve específica condenação, há que se observar o valor da condenação na incidência dos honorários de sucumbência.

A propósito, confira-se o seguinte julgado:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. GRADAÇÃO. VALOR DA CONDENAÇÃO. REDIMENSIONAMENTO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. SÚMULA 7 DO STJ.

1. No caso concreto, a causa versa sobre ação revisional de aluguel comercial, tendo sido estabelecido pelas instâncias ordinárias um valor intermediário entre o pedido na inicial e o proposto pelos réus, situação que ensejou a procedência parcial do pedido, com a consequente divisão entre as partes do pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios, fixado com base na diferença dos aluguéis vencidos.

2. O Tribunal a quo manteve o entendimento proferido na sentença, apenas majorando o percentual de honorários advocatícios para 15%, ao fundamento de que, na hipótese vertente, a condenação abarca a diferença entre os aluguéis anteriormente pagos e aqueles novos fixados, pois se trata de demanda constitutiva condenatória.

3. Não é possível defender que os honorários sucumbenciais reflitam percentual incidente sobre o valor da causa, tendo em vista que a natureza jurídica da presente demanda é constitutiva-condenatória.

Isso porque houve a constituição de novo valor do aluguel locatício (efeito constitutivo), com a consequente determinação de pagamento (efeito condenatório).

4. O CPC de 2015 estabeleceu, no art. 85, uma gradação ao referenciar os honorários advocatícios, ao asseverar, no parágrafo § 2º, que serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico ou do valor atualizado da causa. Importa dizer que, diante da existência da natureza condenatória do comando eficaz da sentença, deve ser verificado, em primeiro lugar, o valor da condenação; em segundo lugar, o proveito econômico; e, por fim, o valor da causa, isto é,

quando não for possível aferir o valor da condenação ou do proveito econômico, para efeito de verificação da base de cálculo dos honorários sucumbenciais.

5. Como, no caso concreto, houve específica condenação, não há que se falar no valor da causa para observar a incidência dos honorários de sucumbência.

6. Além disso, é relevante ressaltar que a análise do redimensionamento dos ônus sucumbenciais demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório constante nos autos, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, situação que encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1386677/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019)

Destaco que, nos termos da orientação do Plenário do STJ, fixada por meio do Enunciado Administrativo n. 7, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC", o que é o caso dos autos.

De fato, a Terceira Turma, quando do julgamento do AgInt no REsp n. 1.573.573/RJ, Relator Ministro Marco Aurélio Belizze, para fins de arbitramento de honorários, previstos no art. 85, § 11, do CPC/2015, assim se manifestou:

"(...) é necessário o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos:

1. Direito Intertemporal: deve haver incidência imediata, ao processo em curso, da norma do art. 85, § 11, do CPC de 2015, observada a data em que o ato processual de recorrer tem seu nascedouro, ou seja, a publicação da decisão recorrida, nos termos do Enunciado 7 do Plenário do STJ: 'Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC';
2. o não conhecimento integral ou o improvimento do recurso pelo Relator, monocraticamente, ou pelo órgão colegiado competente;
3. a verba honorária sucumbencial deve ser devida desde a origem no feito em que interposto o recurso;

4. não haverá majoração de honorários no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração oferecidos pela parte que teve seu recurso não conhecido integralmente ou não provido;
5. não terem sido atingidos na origem os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, para cada fase do processo;
6. não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba".

No caso em análise, a via especial foi iniciada com a interposição do recurso especial, na vigência do CPC de 2015 (acórdão proferido pelo Tribunal de origem foi publicado posteriormente à vigência do novo CPC, à fl. 381). Dessa forma, é cabível a majoração de honorários sucumbenciais de recurso no presente caso.

Quanto ao mais, a Câmara de origem fixou seu entendimento acerca da necessidade de majoração do valor arbitrado a título de honorários sucumbenciais, a partir da análise das circunstâncias fático-probatórias, relacionadas ao caso concreto, o que encontra óbice no verbete sumular n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. QUANTUM INDENIZATÓRIO. NÃO DEMONSTRADA A IRRISORIEDADE DO VALOR FIXADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA 7/STJ. 3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA SUCUMBENCIAL. MAJORAÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Verifica-se que o Tribunal de origem analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada, não havendo que se falar em negativa de prestação jurisdicional.

2. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de somente se permitir a modificação dos valores fixados a título de indenização por danos morais se estes se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que não se verifica na presente hipótese. Incidência do óbice contido na Súmula 7/STJ.

3. A revisão do valor estabelecido para os honorários advocatícios é viável apenas quando este se mostrar ínfimo ou exorbitante, o que não se verifica no caso em exame, diante da sua fixação em 10%

# *Superior Tribunal de Justiça*

sobre o valor da condenação, com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC/2015, incidindo, à hipótese, o enunciado 7 da Súmula deste Tribunal.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1408349/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 31/05/2019.)

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora